

## Introdução

A festa não havia atingido seu clímax. Jovens, em sua maioria ainda não saídos da adolescência, bebiam e conversavam, riam e se azaravam, andavam para cá e para lá, num deslocamento incessante e aparentemente aleatório. Vazia, a pista de dança aguardava seus melhores momentos. A noite, contudo, prometia. Tratava-se do aniversário da filha mais nova de uma das famílias mais ricas e tradicionais do Rio de Janeiro, dona de um importante conglomerado midiático.

Sozinho e em pé, eu observava o vai-e-vem das pessoas. Os dois amigos com os quais eu havia ido à festa tinham se afastado para buscar caipirinhas. De repente, sinto alguém me pegando, pela costas, num golpe conhecido como “gravata” – com a diferença de que, ao mesmo tempo em que meu pescoço é apertado (a “gravata” propriamente dita), meu braço direito é continuamente torcido por trás do corpo, num movimento que vai de baixo para cima. A pressão no pescoço não é o problema: dificulta mas não impede a respiração. A torção no braço, sim, causa algum incômodo. Começa a doer levemente. Abro um sorriso. “Deve ser alguém lá da academia”, penso.

Tratei logo de fazer o que todos os lutadores de jiu-jitsu fazem quando são apanhados num golpe do qual não conseguem escapar, e que os força a desistir de seguir na luta: dei dois tapinhas no corpo. É a senha, o código para dizer “ok, eu desisto”. Mas ao invés de ter meu pescoço e braço liberados, como seria natural, sinto a torção aumentar ainda mais. Nesse momento, viro o rosto para o lado, tentando identificar o engraçadinho que não queria me soltar. Pergunto: “Quem é?”. Ato contínuo, o golpe se afrouxa, e sou levemente empurrado para frente. Quando viro para trás, o susto:

– É o Predador.

O Predador devia ter a mesma estatura que eu, mas sua compleição física era claramente mais larga e forte. Sua aparência intimidava – os cabelos raspados, a orelha deformada, o pescoço grosso, os olhos secos e fixos. Reparei que mantinha os dois pés afastados, um ligeiramente mais à frente que o outro: estava “em base”, como se diz no jargão das artes marciais, isto é, distribuía bem o peso

do corpo de modo a manter-se equilibrado e prevenido. Então me dei conta da gravidade da situação, e tive medo. Estava obviamente irritado com a provocação grosseira e desnecessária, isto é, com o fato de haver tido meu braço torcido e meu pescoço apertado por um completo desconhecido, mas sabia que, se protestasse – “Tá maluco, rapá? Eu te conheço? Como é que tu faz uma coisa dessas?” – acabaria suscitando uma discussão e, com quase toda certeza, uma briga. Ali estava o estereótipo perfeito de um praticante de jiu-jitsu, esperando apenas minha reação natural de ofensa e indignação para colocar em prática sua potência e habilidade de luta. O cenário já estava armado; tudo o que ele, Predador, necessitava agora era que sua presa escolhida o confrontasse, o desafiasse. Mas, intuitivamente, fiz o único movimento, o único gesto que talvez me livrasse, de uma vez só, da guerra aberta e da saída covarde e desmoralizante. Estiquei a mão e, com a maior naturalidade que fui capaz de demonstrar, ofereci um cumprimento:

– E aí, Predador, beleza?

Devo tê-lo pego de surpresa. O Predador hesitou por um instante; depois aceitou o cumprimento, apertando-me firmemente a mão. Tão logo nossas mãos se desvencilharam, dei-lhe as costas e saí andando, com a pressa nervosa de quem na verdade gostaria de estar correndo. Não o vi mais naquela noite. A festa seguiu seu curso, e é provável que eu tenha voltado para casa um pouco embriagado. Tempos depois, refletindo sobre este episódio, cheguei à conclusão de que ao cumprimentá-lo dizendo “e aí, Predador, beleza?”, eu o *reconheci*, nos dois sentidos do termo. Ou seja, reconheci que ele *era* de fato O Predador, e portanto automaticamente atestei sua superioridade em relação a mim, sua presa; e reconheci também, embora inadvertidamente, a pessoa por trás do personagem Predador, o que o pode ter lhe causado certa confusão mental, uma dúvida como “será que esse cara realmente me conhece de algum lugar?”. Ademais, o aperto de mãos deve ter contribuído para desestabilizar suas expectativas. Numa situação como aquela, é quase certo que ele esperasse, de minha parte, a reclamação direta ou a fuga acuada, jamais o tratamento normalmente dispensado a um amigo ou conhecido.

Mas tudo isto, é claro, são apenas suposições. Se minha reação foi determinante para o desfecho pacífico de nosso breve encontro, ou se o Predador

simplesmente percebeu que eu estava apavorado e, num surto de compaixão, teve pena de me “encher de porrada”, nunca saberemos.

O “choque de cultura” a que Roy Wagner (1978) se refere, a experiência desconcertante e às vezes traumática do desembarque do antropólogo no campo, isto é, no seio da população remota que ele um dia resolveu pesquisar, este choque, eu não conheci. Não passei por todo tipo de tormento e situações embaraçosas para me familiarizar com os códigos de comportamento dos “nativos”. Cheguei já adaptado a eles quando fui fazer a etnografia; conhecia-os de longa data. Meu primeiro contato com o jiu-jitsu fora na academia Gracie do Humaitá, ainda nos anos oitenta. Conheci Hélio Gracie, patriarca da família e já naquela época uma lenda do esporte, e tive aulas particulares com seu filho Rolker – além de defesa pessoal, aprendi que deveria fitar meu interlocutor sempre nos olhos, e que saúde era sobretudo uma questão de combinar alimentos de uma maneira bastante criteriosa e específica. Mais tarde, já adolescente, segui praticando jiu-jitsu por alguns anos em outra academia da zona sul da cidade. Foi ali, no início da década de noventa, que o jiu-jitsu caiu no gosto dos jovens de classe média e alta, primeiro no Rio de Janeiro, depois no Brasil todo. Naquele momento, surgia também a figura do “pitboy”. Conheci “pitboys” no tatame e nas noitadas. De algum modo, fizeram parte de meu cotidiano durante a adolescência.

Voltei à mesma academia que frequentei dos quinze aos dezenove anos para produzir a etnografia que se segue. Apesar de conhecer os códigos dos nativos, não foi sem algum estranhamento que passei a conviver entre eles novamente. É curioso, mas só agora – depois de haver terminado o trabalho, quando enfim escrevo as páginas que o introduzem – me dou conta de que, desde o primeiro contato com o antigo Mestre e colegas de treino, fiz questão de exagerar certos traços de minha personalidade de modo a representar a mim mesmo como um sujeito algo boêmio, que não liga muito para o próprio corpo e menos ainda para o fato de ganhar ou perder uma luta. Em outras palavras, me esforcei em passar uma imagem oposta àquela que, imagina-se, os lutadores de jiu-jitsu tanto prezam, qual seja, a do macho viril, firme e de poucas palavras. Com isto quero dizer que, em diversas oportunidades, abusei da ironia e do humor auto-depreciativo para construir minha caracterização perante toda a academia, do aluno mais graduado ao xará Antonio, faixa-branca como eu. Repetidas vezes deixei claro que meu estilo de vida, e alguns dos valores que a norteiam, são bastante díspares ou até

mesmo antitéticos a muito do que é caro a qualquer lutador ou praticante de jiu-jitsu: a virilidade, a disposição para a luta, a competitividade, o orgulho do próprio corpo.

Talvez tenha adotado tal postura porque precisasse deixar bem nítida minha distância em relação a “eles”, como se quisesse dizer aberta e explicitamente “não sou um de vocês, tenham isso em mente ao lidar comigo”; talvez porque tivesse simplesmente a intenção de provocá-los, de saber como reagiriam a um outro diferente, excêntrico; ou talvez porque houvesse lembrado, ainda que inconscientemente, de meus tempos de redator publicitário – e se há uma coisa que um publicitário sabe é que, se feito com suficiente inteligência, o anti-marketing é uma das melhores estratégias de marketing que existe. Ou talvez tenha sido tudo isso ao mesmo tempo. Apesar deste curioso e aparente, digamos, “curto-circuito” – um “ex-nativo” que, anos depois, “volta para casa” fazendo questão de demonstrar que não é mais um “nativo” –, penso que fui bem sucedido. Minha condição de veterano, membro da primeira geração de alunos da academia, me garantiu recepção calorosa por parte do Mestre. Mas a simpatia dos colegas de treino, com uma única exceção, não foi ganha *a priori*, e sim no convívio diário.

A problemática do posicionamento que resolvi adotar, contudo, não se resume a construção deliberada de uma determinada imagem, esta estratégia que chamei de anti-marketing. Havia também o outro e decisivo espectro de minha identidade, que me causava dúvida e alguma inquietação: devo contar a todos eles, logo de saída, que sou um antropólogo estudando o universo do jiu-jitsu, e que o principal foco de minha pesquisa é a questão da violência que envolve os “pitboys”? Inicialmente, optei por observar sem dizer que estava observando, talvez inseguro com minha própria condição de “investigador”. Claro, não demorou muito para que o Mestre, durante uma conversa casual, me perguntasse o “quê eu fazia da vida”. Disse-lhe a verdade – que cursava um mestrado em ciências sociais, e que estava estudando para ser um antropólogo –; mas não *toda* a verdade. Foi somente em 30 de janeiro de 2007, portanto quase seis meses depois de haver retomado a prática do jiu-jitsu, que contei a todos que vinha realizando um estudo que, em grande parte, era sobre a academia. Somente então eu revelei os propósitos de minha pesquisa, e lhes disse que eram “personagens” de meu relato, que durante todo o tempo eu os estivera observando e anotando muitas das conversas que entabulávamos durante os treinos.

Depois disso, depois de revelada minha identidade, virei “o antropólogo”. Brincalhão, o Mestre passou a me receber sempre aos gritos de “chegou o nosso antropólogo!” ou então “úúúú antropóóólogo!” Mas não fazia isso com desdém; muito ao contrário, havia algo de carinhoso, como se reconhecesse uma certa autoridade no fato de eu ser um estudioso, por mais que não compreendesse inteiramente o quê eu estudava. Isso me pareceu bastante evidente quando da ocasião em que uma equipe de TV fez uma reportagem sobre a academia. Naquela oportunidade, fui apresentado à repórter (uma loura bonita e de corpo bem talhado, que mereceu toda atenção e sorte de elogios entre o pessoal no tatame) pelo Mestre da seguinte forma: “Fulana, este é o nosso antropólogo!”. No dia seguinte, ao encontrá-lo, antes mesmo de me apertar as mãos ele já foi dizendo: “Viu só a moral que eu te dei com a gostosa? Chegou o nosso antropólogo!”

O antropólogo chegou na academia de jiu-jitsu de outrora esperando encontrar “pitboys”. Decepcionou-se. Não estavam lá. No decorrer do trabalho de campo e da pesquisa bibliográfica ficaria evidente ser impossível estabelecer uma relação direta do tipo causa e efeito entre jiu-jitsu e “pitboys”, não apenas por fatores concernentes à prática do jiu-jitsu, mas também em função do próprio estatuto do termo “pitboy”. Em relação a este último ponto, basta uma rápida olhada nos jornais para verificar que, atualmente, o uso do termo “pitboy” não mais se restringe a lutadores: expandiu-se para abrigar qualquer ato de delinqüência cometido por jovens de classe média e alta<sup>1</sup>. Hoje, o termo “pitboy” é “aplicado a um indivíduo ao final de um bem sucedido processo de rotulação” (Cardoso, 2005: 47), no qual o principal fator que garante o rótulo ao jovem infrator é a junção entre sua classe social e o tipo de crime por ele cometido, e não sua adesão à alguma arte marcial.

De saída, somos obrigados a reconhecer as dificuldades de se falar em “pitboy” como categoria sociológica. Como definir um “pitboy”? Se aceitarmos, a título de ilustração, a definição de que “pitboy” é todo aquele que se envolve em brigas com regularidade, arriscaremos a incluir pessoas que tenham agido em defesa própria mais de uma vez num curto espaço de tempo. Portanto, a

---

<sup>1</sup> Comprova-o o recente episódio de agressão e roubo sofridos pela doméstica Sirlei Dias, atacada por um grupo de jovens da Barra da Tijuca. Examinaremos a questão ao longo do trabalho. Para uma análise mais detalhada de como o termo “pitboy” transformou-se em uma categoria de acusação cujo emprego não necessariamente encontra-se vinculado às artes marciais, e de como o processo de penalização dos “pitboys” incorre nos mesmos erros que pretende sanar, consultar Cardoso, 2005.

frequência do ato de brigar é um critério necessário, porém insuficiente. Qualificando um pouco mais o argumento, poderíamos dizer que o “pitboy” não apenas envolve-se em brigas com frequência: tem no mais das vezes a clara intenção de provocá-las. Contudo, ainda assim a definição resulta falha. Basta imaginarmos, por exemplo, um lutador de jiu-jitsu que, mesmo não sendo ele próprio o agente provocador de confusões em bares e boates, termina sempre por tomar parte nelas. (De resto, a intencionalidade como critério puro não tem muita serventia: acaso um sujeito que, ao flagrar sua esposa com um amante, inicie uma briga com a clara intenção de machucar seu rival pode ser considerado um “pitboy”?) Poder-se-ia, então, tentar uma segunda definição: “pitboy” é o jovem que, por pouca ou nenhuma motivação aparente, provoca um confronto físico numa situação de convívio social, ou que reage com violência desproporcional a um ato que de maneira geral não motivaria uma atitude física. Mas em que pese o esforço, persiste o problema. Pois como definir os parâmetros de legitimidade do uso da violência corporal, as fronteiras que estabelecem a (des)proporcionalidade de uma reação? Seriam tais parâmetros fixos, isto é, independentes do contexto do conflito, ou flexíveis? E, mais ainda, estariam todos eles contemplados pela noção de “legítima defesa” prevista em lei? Nesta perspectiva, em quê se diferenciam os atuais “pitboys” das antigas gangues de jovens do Rio de Janeiro – como a famosa “turma da Miguel Lemos” – que, décadas antes, gozavam de péssima reputação justamente em função das brigas e arruaças que amiúde provocavam?

À esta altura, espero haver ficado suficientemente claro que o “pitboy” – neologismo<sup>2</sup> criado em 1999 pelos jornalistas Tom Leão e Carlos Albuquerque nas páginas do “Rio Fanzine”, espaço dedicado à cultura jovem no jornal O Globo – não existe de fato. Ele é um estereótipo, causa e efeito de um discurso midiático que o representa ao mesmo tempo em que o constrói. Para os propósitos deste trabalho, o “pitboy” será pensado, segundo a terminologia weberiana, como um tipo ideal. E um tipo ideal, como se sabe, é uma ferramenta de análise, uma aproximação conceitual que, ao sublinhar ou mesmo exagerar um determinado conjunto de características relevantes no interior de um fato social, constrói um

---

<sup>2</sup> O neologismo “pitboy” resulta da união das palavras “pitbull”, raça de cães bastante apreciada por lutadores por sua força e ferocidade, e “playboy”, uma referência à classe social à qual a maioria dos lutadores de jiu-jitsu pertence.

modelo que a despeito de não existir concretamente permite apreciar o fato em questão com maior acuidade.

Se você é um antropólogo pesquisando o universo do jiu-jitsu, uma das coisas mais desastradas que pode fazer é empregar a palavra “pitboy” em uma conversa na academia ou durante uma entrevista. A simples menção ao termo “pitboy” já é suficiente para causar certo mal-estar. Trata-se do ponto crítico, nevrálgico, que afeta os lutadores de jiu-jitsu e prejudica a imagem do esporte como um todo. Nada mais natural, portanto, que nenhum lutador se identifique como um “pitboy”, e que faça questão de repudiar abertamente o comportamento que lhe é associado. Mesmo um praticante de jiu-jitsu que goste de bater nos outros (um “Predador”, digamos) dificilmente pensará em si próprio como um “pitboy”: dirá que é um “casca-grossa” ou, no limite, um “porradeiro”, jamais um “pitboy”. Em suma, fale em “pitboy” dentro de uma academia de jiu-jitsu e as portas de suas entrevistas se fecharão; ou, se se mantiverem abertas, tudo o que você conseguirá será um amontoado de clichês, desses que lemos nos jornais toda vez que um lutador se envolve numa briga: “isso é coisa de moleque que fez jiu-jitsu durante um mês com um professor desqualificado”, “atleta de jiu-jitsu de verdade luta no tatame ou no ringue, não briga na rua” etc.

Tais obstáculos me forçaram a pensar em alternativas. Se a definição do método de pesquisa é também um momento de criatividade, e não apenas de mera adequação, por que não procurar inspiração fora do âmbito das ciências sociais? Foi o que procurei fazer, ao incorporar à metodologia de trabalho uma idéia retirada dos escritos de Gay Talese, um dos principais nomes do gênero conhecido como “jornalismo literário”, ou *new journalism*. Talese (2004) escreveu aquele que até hoje é considerado o melhor “perfil” de Frank Sinatra – sem entrevistá-lo. Sinatra estava resfriado, arredio e preocupado com a agenda de compromissos; acompanhando seus passos à meia distância, Talese limitou-se a observar o universo de pessoas que gravitavam no entorno do cantor e a entrevistar algumas delas. Conseguiu assim perceber não quem Frank Sinatra dizia ser ou o que ele queria que o público soubesse a seu respeito, mas quem ele era em diversas situações e âmbitos de sua vida cotidiana e o que significava para os que lhe eram mais próximos. O exemplo pode ser útil aqui, com alguma imaginação. Sabendo da quase impossibilidade de encontrar um “pitboy” que se reconheça como tal, e sabendo também da inadequação de conversar com um jovem “pitboy” atual

tendo em vista meus propósitos (muito mais voltados ao exame do início da explosão do jiu-jitsu, que possibilitou a emergência da onda de violência a ele associada), decidi tomar caminho semelhante ao de Talese. Entrevistei ex-lutadores de jiu-jitsu, alguns deles “ex-pitboys”, confiando no fato de que a distância costuma refinar o olhar, e entrevistei também alguns seguranças de casas noturnas, pois é certo que ninguém observou e enfrentou “pitboys” tanto quanto eles.

Ex-lutadores de jiu-jitsu foram relativamente fáceis de contactar e entrevistar. Já os seguranças deram mais trabalho. Não foram poucas as dificuldades encontradas na hora de entrevistá-los em portas de boates e casas noturnas cariocas. Desconfiança, receio, impaciência ou simplesmente má vontade: o fato é que as tais portas simplesmente não se abriram, certamente também por incompetência do pesquisador. Obrigado a procurar outra solução, recorri a um expediente tipicamente brasileiro. Liguei para amigos.

E de telefonema em telefonema cheguei até a porta de uma das maiores empresas de segurança de festas e eventos do Rio de Janeiro. A sede da empresa, que ocupa uma construção baixa e discreta num bairro da zona norte da cidade, é um lugar que, na falta de palavra melhor, defino simplesmente como “ressabiado”. Há um portão de ferro espesso e negro, muitas câmeras de vigilância, um interfone que pergunta de modo seco “quem é?”, e um corredor estreito, ao longo do qual é preciso vencer duas ou três pesadas portas que se abrem de modo automático, mas apenas por dentro. Fui gentilmente recebido pelo dono da empresa, ele próprio um ex-segurança. Expliquei-lhe o motivo da visita, os objetivos do trabalho. Como tivesse gratidão para com o amigo a quem eu havia recorrido, ofereceu pronta ajuda. Chamou mais quatro seguranças de sua equipe, e me permitiu o tempo que quisesse para entrevistá-los.

A dissertação que se segue foi fruto de um trabalho de campo realizado durante onze meses numa academia de jiu-jitsu da zona sul do Rio de Janeiro. Foram entrevistados cinco seguranças, dez ex-lutadores de jiu-jitsu, o Mestre (dono da academia), o Professor (faixa-preta responsável pela aula no horário das dezesseis horas) e mais quatro colegas de treino.

O trabalho divide-se em dois capítulos. O primeiro, “No Tatame”, consiste na experiência etnográfica propriamente dita. O reencontro com o antigo Mestre e alguns alunos, o retorno (dolorido) ao tatame, a análise da estrutura de uma sessão

de treino, a prática da “taparia” como um rito de passagem de construção da masculinidade, os usos dos corpos dos lutadores, os signos de pertencimento, as idéias de virilidade e valentia que atravessam o ambiente hipermasculino de uma academia de jiu-jitsu. Tangenciando a discussão, serão observadas questões como a importância das “marias-tatames” na edificação de um estilo de masculinidade grosseiro e violento, e a problemática relação de lutadores com a homossexualidade. Além disso, será analisado o processo de criação de um *ethos* guerreiro entre os praticantes de jiu-jitsu, e a construção da idéia de sua eficácia e superioridade em brigas de rua. Por esta razão, o relato etnográfico é precedido por um breve apanhado da história do jiu-jitsu no Brasil, cujo objetivo é introduzir e contextualizar a discussão que se lhe segue. Trata, portanto, do desenvolvimento do jiu-jitsu pela família Gracie, sua história desde os ensinamentos do patriarca Hélio até a profissionalização do esporte e o desenvolvimento de modalidades a ele associada, como o vale-tudo e as competições de *submission grappling*.

O segundo capítulo (“Na Rua”) aborda problemas diretamente relacionados à ação dos “pitboys”. O intuito, vale dizer logo, não é apreciar a construção dos “pitboys” através do discurso midiático, embora tal empresa não passe despercebida; é antes o de apreciar, na esteira dos depoimentos obtidos através das entrevistas com “ex-pitboys” e seguranças das casas noturnas, questões referentes aos seus comportamentos. Alguns pontos merecerão destaque, a saber: a agressão gratuita, o vandalismo, o roubo, enfim, o flerte com a delinquência – semelhanças (poderíamos dizer “identificações”) entre a ação dos “pitboys” e a dos grupos marginalizados associados ao tráfico de drogas, tendo em vista o recente contexto social e econômico brasileiro, em cujo interior vem sendo diagnosticado o processo de “dessensibilização da sociedade para questões referentes à vida humana” (Cecchetto, 2004:108); a racionalidade empregada no ato de brigar, ou seja, o cálculo que envolve o domínio do uso das técnicas corporais, para usar a expressão de Mauss (2005); a idéia de que a “porrada” é encarada como um jogo-brincadeira no sentido que lhe dá Huizinga (2005); o significado e a importância do “descontrole controlado das emoções”, do risco e da adrenalina que necessariamente acompanham a “porrada”; a opção pela malandragem como guia de conduta e o uso do “Você sabe com quem está falando?” (DaMatta, 1983). Examinei com maior detalhe os aspectos que me pareceram mais relevantes; outros, apenas comentei brevemente. Penso que não

poderia ter sido de outro modo. Há questões que, se examinadas com o rigor e a profundidade que exigem, renderiam dissertações inteiras.

Com a pesquisa praticamente finalizada, aconteceu de me deparar, de maneira bastante introdutória e portanto superficial, com fragmentos da obra de Derrida<sup>3</sup>. E um dos aspectos que mais captou minha atenção foi sua insistência no fato de que em toda classificação binária um dos termos da relação certamente será privilegiado em detrimento do outro. Transporte o raciocínio para o âmbito deste trabalho e, de súbito, me dei conta do quão estruturalista era a estrutura do meu argumento. Sabemos, é claro, que o relato etnográfico inventa – no sentido de construir, não de criar uma ficção – a cultura que se propõe a descrever (Wagner, 1981), e que todo e qualquer discurso, e as histórias nele veiculadas, é vazado em tropos de linguagem (White, 2001). Sabemos também que o antropólogo é de algum modo forçado a observar/participar já efetuando classificações, e isto por duas razões: porque processos narrativos atravessam toda a feitura de uma etnografia, e não apenas sua redação final (Clifford, 1986), e sobretudo porque ela, a etnografia,

*não é mera descrição ou recolha de dados a serem posteriormente trabalhados: o que se observa e a forma como se ordenam as primeiras observações já obedecem a algum princípio de classificação e, se não se propõe algum, o que vai presidir e orientar esse primeiro olhar é o senso comum. Que é o que, precisamente, se pretende evitar. (Magnani, 2000: 37.)*

Pois bem, são muitas as oposições binárias aqui delineadas: ausência x excesso, malandro x otário, indivíduo x pessoa, risco x controle, intensividade x extensividade, homens x mulheres, racionalidade x irracionalidade, identificação x diferenciação. Não posso afirmar quais teriam sido privilegiados; se o fiz, e segundo Derrida devo necessariamente tê-lo feito, não foi de forma consciente. Mas posso afirmar, contudo, que uma das conclusões a que cheguei reside no fato de que tais oposições, quando observadas de perto, revelam-se menos opostas do que parecem à primeira vista. Seus ingredientes misturam-se, formam-se híbridos, e só um golpe de extrema violência teórica conseguiria arrancá-los de sua unicidade, quebrando-os em partes isoladas, separadas entre si. O “pitboy”, misto de pitbull playboy, híbrido de homem e cão, adora um esporte que é em si uma

---

<sup>3</sup> SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

grande mistura de lutas, o vale-tudo (não por acaso chamado atualmente de *Mixed Martial Arts*); sabe de cor como praticar a “porrada”, treinado que é na eficiência da briga, e o faz de uma maneira lúdica, irracional; assume riscos, procurando a intensividade do instante, e os controla tanto quanto pode, desejoso de extensividade em vida; jacta-se malandro, e deixa-se apanhar às vezes como otário; identifica-se com os marginalizados (com os “indivíduos”), e utiliza-se de sua posição social (como “pessoa”) para diferenciar-se deles.

E não estaria exatamente aí, no hibridismo, um dos principais traços distintivos das relações sociais no Brasil?